



**FCT** FUNDO DE COMPENSAÇÃO DO TRABALHO

 **FUNDO DE COMPENSAÇÃO**  
DO TRABALHO

Instituto de Gestão de Fundos 

RELATÓRIO E CONTAS 2015



FCT FUNDO DE COMPENSAÇÃO DO TRABALHO

RELATÓRIO E CONTAS 2015



SEGURANÇA SOCIAL

**Instituto de Gestão de Fundos** 

Av. Fernão de Magalhães, 1862 - 3º Dto. (Torre das Antas) | 4350-158 Porto  
Tel: 225 082 400 | Fax: 225 082 401 | E-mail: [igfcss@seg-social.pt](mailto:igfcss@seg-social.pt)



**DESTAQUE 4**

NÚMEROS CHAVE 8

APRESENTAÇÃO DO FCT 9

EVOLUÇÃO DO FCT 11

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ÀS CONTAS 15**

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 19

# Destaque

## O Fundo de Compensação do Trabalho

Em 31 de dezembro de 2015, o valor do Fundo de Compensação do Trabalho ascendia a 54.818 275,82€, quase triplicando o valor de 2014 (18 809 970,70€). O valor da unidade de participação do FCT era, em 31.12.2015, de 1,02527€, contrastando com 1,01561€ no final de 2014, a que corresponde uma rentabilidade de 0.95%.

## Os Mercados Financeiros em 2015

O ano de 2015 revelou-se marcante no que diz respeito a acontecimentos relevantes para o mundo financeiro. O Banco Central Europeu (BCE) iniciou a esperada política de *quantitative easing*, enquanto a Reserva Federal norte americana prosseguiu com a primeira subida na sua taxa de juro de referência desde 2006. Estas decisões acabaram por influenciar a atuação de outros bancos centrais, culminando em posições de ajustamento, flexibilização ou mesmo quebra de *pegs* de moedas face ao euro e ao dólar norte-americano (como os casos da quebra do *peg* do franco suíço face ao euro e a desvalorização da moeda chinesa face ao dólar).

A evidência crescente da desaceleração da economia chinesa foi também um dos pontos críticos do ano, ensombrando o otimismo resultante da dinâmica positiva encontrada nos dados económicos europeus e norte americanos. O arrefecimento económico da China, com reflexo direto negativo sobre os níveis de procura de mercadorias como o cobre e o petróleo, foi determinante para marcar a contínua quebra no preço destes ativos, num contexto em que a oferta se manteve elevada. A título de exemplo, e no caso do petróleo, o acordo nuclear alcançado com o Irão incluiu o levantamento das sanções à exportação do petróleo por parte deste país, a par de decisões de vários outros países exportadores de manter ou até aumentar a sua produção, numa tentativa de compensar a redução no preço de venda e assim manter os níveis de receita esperados.

Embora importantes, estes eventos acabaram por revelar efeitos relativamente contidos sobre a rentabilidade agregada das principais classes de ativos, quer porque se trataram de decisões de política monetária previamente antecipadas, quer porque o nível de liquidez disponível no mercado acabou por manter elevados níveis de investimento, contendo os movimentos de correção existentes, sobretudo nos ativos de referência dos mercados desenvolvidos. Esta realidade está patente quando analisados os níveis de rentabilidade anual dos índices acionistas e de dívida governamental dos blocos da Zona Euro, Reino Unido e EUA.

TABELA 01

## RENTABILIDADE DOS ÍNDICES ACIONISTAS E DE DÍVIDA GOVERNAMENTAL

	Ações				Obrigações Soberanas			
	Ações ZE (Eurostoxx50)	Ações EUA (S&P500)	Ações RU (FTSE100)	Ações Japão (Topix)	Obrig. ZE (EFFAS Euro)	Obr. Portugal (EFFAS Portugal)	Obrig. EUA (EFFAS EUA)	Obrig. RU (EFFAS RU)
Euros	6,42%	12,19%	3,89%	23,32%	1,97%	3,77%	0,34%	-0,24%
Moeda Local		0,75%	-1,34%	11,73%			0,88%	0,50%

Retorno Total, no caso dos índices de obrigações em moeda estrangeira, a valorização em euros diz respeito aos índices com cobertura cambial  
Retorno Total net no caso das ações

Na sua generalidade, a rentabilidade destes índices, em moeda local, foi positiva mas próxima de 0%, tendo apenas o índice acionista da Zona Euro proporcionado um retorno superior a 5%, alavancado pela política expansionista do BCE (efeito semelhante foi sentido no caso das ações japonesas, com o índice Topix a registar uma valorização de cerca de 11,7%). Atendendo ao movimento contínuo de depreciação do euro relativamente às restantes moedas, a rentabilidade dos ativos internacionais melhorou significativamente após conversão para euro.

Os momentos de tensão no mercado acabaram por se revelar sempre temporários, contribuindo para a manutenção de níveis de volatilidade historicamente baixos, embora evidenciando uma tendência de ligeira subida no segundo semestre do ano (usando, por referência, o índice de volatilidade implícita do índice de ações norte americano S&P 500).

Este contexto de relativa estabilidade teve, no entanto, exceções que se afirmaram sobretudo a dois níveis, nos mercados emergentes e ao nível setorial e individual.

Os mercados emergentes foram fortemente penalizados, durante o ano, em consequência do arrefecimento económico da China, da perspectiva de subida de taxas de juro nos EUA e do efeito desestabilizador da queda do preço das mercadorias (para além de questões políticas, como no caso do Brasil). As rentabilidades negativas proporcionadas por estes mercados (o índice MSCI Emerging Markets registou uma perda de cerca de 15% no ano) revelam uma componente importante de depreciação cambial, para além da aversão ao risco que condicionou e penalizou o comportamento dos ativos em moeda local. Os vários alertas que foram sendo emitidos, sobretudo no segundo semestre do ano, a propósito do forte aumento de emissões em dólares por parte do segmento empresarial destes países, coloca a tónica sobre um problema que tenderá a ganhar preponderância num contexto de subidas adicionais de taxas de juro nos EUA.

Ao nível dos mercados desenvolvidos, a estabilidade aparente nas rentabilidades dos índices agregados não revela a diferenciação que existiu no comportamento entre os seus componentes. A queda dos índices de preços de mercadorias para mínimos históricos (o índice compilado pela Bloomberg fechou o ano a perder cerca de 25%, fixando-se em níveis muito próximos dos mínimos registados em 1999) penalizou fortemente as empresas ligadas ao ramo da energia, em contraciclo com a valorização do setor de consumo discricionário, que beneficiou da melhoria sentida no crescimento económico e no emprego. No final de 2015,

várias foram as empresas do índice norte-americano S&P500 que registaram perdas de dois dígitos, em contraponto com várias outras com ganhos de dois dígitos. Não só ao nível setorial se fizeram sentir as diferenças, mas também ao nível nacional, no caso europeu, em reflexo de acontecimentos de índole maioritariamente política, como a ascensão do Syriza ao governo grego e os seus desenvolvimentos subsequentes.

## Atividade do Conselho de Gestão

Nos termos do artigo 21º da Lei 70/2013, de 30 de Agosto, o FCT é gerido por um Conselho de Gestão presidido pelo Presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social e integrando representantes das Confederações de Empregadores e Sindicais com assento no Conselho Permanente da Concertação Social e dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças, Segurança Social e Laboral. Os membros do Conselho de Gestão são:

Instituição	Nome	Representação	Início de Funções 2015
Presidente	Manuel Pedro Baganha (Prof. Doutor)		
Ministério das Finanças	Francisco Vieira (Engº)	Efetivo	
Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social - Área da Seg. Social	Pedro Miguel Gomes Sanches (Dr.)	Efetivo	
	Elisabete Machado da Silva de Almeida (Dra.)	Suplente	
Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social - Área Emprego	Luis Fernando Claudino Oliveira (Dr.)	Efetivo	
	Fernando Catarino José (Dr.)	Suplente	
Confederação do Comércio e Serviços de Portugal - CCP	Ana Vieira (Dra.)	Efetivo	
	Jorge Seabra (Dr.)	Suplente	
Confederação dos Agricultores de Portugal - CAP	Cristina Nagy Moraes (Dra.)	Efetivo	
	Ana Filipa Ferreira (Dra.)	Suplente	
Confederação do Turismo Português - CTP	Nuno Bernardo (Dr.)	Efetivo	Desde 01.10.2015 (subs. Adília Lisboa)
	Pedro Petrucci de Freitas (Dr.)	Suplente	Desde 01.10.2015 (subs. Nuno Bernardo)
Confederação Empresarial de Portugal - CIP	João Costa (Dr.)	Efetivo	
	Gregório Rocha Novo (Dr.)	Suplente	
Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - CGTP-IN	Joaquim Dionísio (Dr.)	Efetivo	
	Fernando Ambrosio	Efetivo	
	Fernando Manuel Pires Marques (Dr.)	Suplente	
	Ana Oliveira (Dra.)	Suplente	
União Geral de Trabalhadores - UGT	António Luis Ferreira Correia	Efetivo	
	Sérgio Monte	Efetivo	Desde 21.07.2015 (subs. Ana Catarina Albergaria)
	Ana Paula Silva Viseu	Suplente	Desde 21.07.2015 (subs. Vitor Coelho)
	Joaquim José Mendes Dias	Suplente	

Durante o exercício de 2015 realizaram-se 6 reuniões do Conselho de Gestão (21 janeiro, 25 março, 27 julho, 23 setembro, 26 outubro e 2 dezembro) nas quais:

- ✓ Se analisou a carteira do FCT, nomeadamente composição e rentabilidade;
- ✓ Se discutiram as estatísticas referentes a adesões, número de contratos, montante das entregas e dívidas de entidades empregadoras;
- ✓ Se discutiu e aprovou o Plano de Atividades e Orçamento para 2015 (25 de março);
- ✓ Se discutiram os Relatórios e Contas dos exercícios de 2013 e 2014 (27 julho e 27 setembro);

- ✓ Se aprovaram os Relatórios e Contas dos exercícios de 2013 e 2014 (26 de outubro);
- ✓ Se discutiu e aprovou o Plano de Atividades e Orçamento para 2016 (2 dezembro).

Na reunião de 26 de outubro esteve presente o Fiscal Único, Dr. António Belém, que procedeu a uma análise das contas referentes aos exercícios de 2013 e 2014.

# Números Chave

## Evolução do Fundo

Durante o ano de 2015 o valor da carteira do FCT aumentou de 36 008 305,12 €.

Esta evolução reflete, principalmente, o crescimento muito acentuado do número de empregadores aderentes (164 120 em 2015<sup>1</sup>, face aos 106 753 de 2014, um aumento de cerca de 54%) e, sobretudo, do número de contratos de trabalho abrangidos (1 793 438 em 2015<sup>2</sup>, contra os 877 382 de 2014, um crescimento superior a 100%).

O crescimento do número de aderentes / contratos teve como reflexo um aumento de 123% no volume de entradas de fundos (45 815 804,60€ face aos 20 512 501,69€ de 2014). Por outro lado, o elevado número de contratos cessados durante o ano (648 269) implicou um forte aumento do volume de reembolsos, que passou de 2 278 121,35€ para 10 027 597,99€, o que traduz uma entrada líquida de fundos de 35 788 206,61 €. A diferença de 220 098,51 € para a variação do valor da carteira representa o acréscimo de valor gerado pela gestão do FCT.

O valor médio das entregas realizadas pelos empregadores durante o ano de 2015 foi de 300,07€ (3,92€, em média, por cada trabalhador) e o valor médio dos reembolsos pagos pelo FCT durante o ano foi de 302,91€ (21,74€, em média, por trabalhador).

## Capitais Próprios

No final de 2015, os capitais próprios do FCT ascendiam a 57 936 177,24€, representados por ativos distribuídos conforme o quadro seguinte, contra 19 974 013,97€ em 2014.

**TABELA 02 | CAPITAIS PRÓPRIOS DO FCT**

	31-12-2015	31-12-2014
<b>ATIVO</b>		
Carteira de títulos	27 752 171,12	9 443 111,34
□ Disponibilidades	28 951 552,74	10 410 641,46
Terceiros	3 202 718,92	1 189 769,46
Acréscimos e diferimentos	404 374,38	81 269,78
Total	60 310 817,16	21 124 792,04
<b>PASSIVO</b>		
Terceiros	2 374 639,92	1 150 778,07
Total	2 374 639,92	1 150 778,07
Capitais Próprios	57 936 177,24	19 974 013,97

## Rentabilidade

A taxa de rentabilidade dos ativos representativos da carteira do FCT foi de 0,95%, face a 1,52% em 2014. Em 31.12.2015 existiam 53 466 759,42624 unidades de participação do FCT em circulação, sendo o seu valor unitário de 1,02527€.

<sup>1</sup> Número de empregadores com um saldo maior que zero na respetiva conta global no dia 31 de dezembro.

<sup>2</sup> Número de trabalhadores com saldo maior que zero na respetiva conta individual no dia 31 de dezembro.

# Apresentação do FCT

## Estatuto Legal

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), criado pela Lei nº 70/2013, de 30 de agosto, é um fundo autónomo, de capitalização individual, que visa garantir o pagamento de até metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, calculada nos termos do artigo 366º do Código do Trabalho, respondendo até ao limite dos montantes entregues pelo empregador e eventual valorização positiva.

Estão abrangidas pelo regime jurídico do FCT as relações de trabalho reguladas pelo Código do Trabalho que se iniciaram após o dia 1 de outubro de 2013.

Com a publicação do DL 210/2015, de 25 de setembro, foram excluídas do âmbito da aplicação da Lei 70/2013, de 30 de agosto, as relações de trabalho emergentes de contratos de trabalho com duração igual ou inferior a 2 meses.

A entidade gestora do FCT é, nos termos do nº 2 do artigo 18.º da Lei 70/2013, de 30 de agosto, o Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I.P. (IGFCSS,IP).

A constituição e o funcionamento do FCT encontram-se regulados pela Lei 70/2013, de 30 de agosto, alterada pelo DL 210/2015 de 25 de setembro.

A Portaria 294-A/2013, de 30 de setembro estabelece a regulamentação relativa aos procedimentos de operacionalização do funcionamento do FCT, em concreto no que respeita às relações entre os empregadores e o fundo.

O Regulamento de Gestão do FCT (Regulamento 390-B/2013, de 14 de outubro) foi aprovado pelo respetivo conselho de gestão e determina as regras fundamentais do funcionamento do FCT, nomeadamente os princípios a que deve obedecer a sua gestão que visa, em primeiro lugar, a preservação do valor nominal das entregas dos empregadores.

## Limites de Investimento

Os principais limites de investimento da carteira do Fundo de Compensação do Trabalho são os seguintes:

- ✓ Liquidez – mínimo 30%
- ✓ Dívida Privada – máximo 20%
- ✓ Ações – máximo 15%
- ✓ Fundos de Investimento – máximo 10%
- ✓ Ativos não denominados em Euros – máximo 10%

O perfil de risco é prudente e em conformidade com regras de segurança, rentabilidade, diversificação e liquidez previstas no artigo 6º do regulamento de gestão.

## Objetivos da Política de Investimento

A política de investimento do FCT assenta num modelo de alocação dinâmica, nos termos do qual é fixado o nível de indexação, ao índice composto EONIA (50% peso) e EFFAS Alemanha 1-3 Anos (50% peso), o qual pode variar entre 50% e 100%.

A gestão do FCT tem como objetivo uma gestão eficaz do perfil de risco extremamente conservador do Fundo de Compensação do Trabalho. Para operacionalizar este objetivo é definido como indicador de desempenho o rácio entre a valorização do FCT e o referido índice composto, ou seja, é objetivo da gestão maximizar o *Funding Ratio* do FCT.

## Processo de Tomada de Decisão

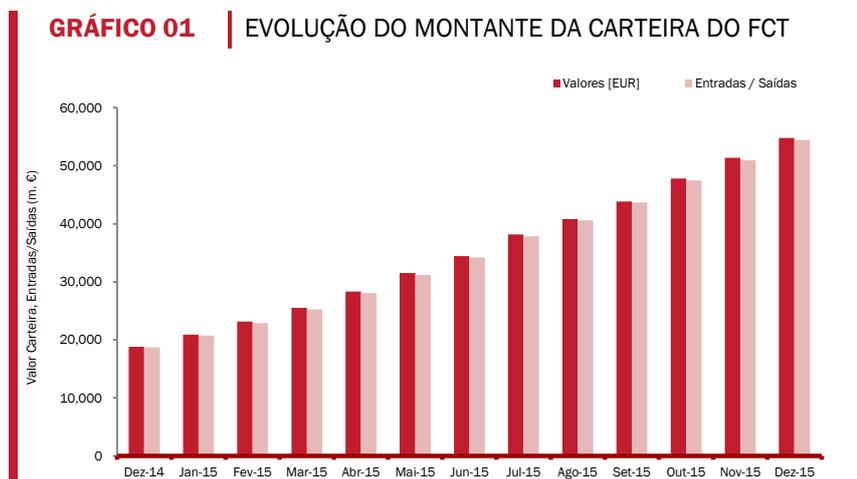
Em cada trimestre, em regra no seu início, o Conselho Diretivo, ouvido o Comité de Investimentos (CI), fixa, em função da evolução expectável dos diferentes mercados relevantes, o nível de indexação desejado ao índice composto EONIA (50% peso) e EFFAS Alemanha 1-3 Anos (50% peso).

Utilizando um modelo de alocação core-satélite, entre o referido índice composto e um *portfolio* diversificado de ativos com origem nos mercados da OCDE, e com base em estimativas de correlações de mercado bem como do *funding ratio* real, obtém-se uma composição de referência para a carteira do Fundo. Durante o ano de 2015 o nível de indexação manteve-se em 97,5%.

# Evolução do FCT

## Entradas e Saídas

A carteira do FCT ascendeu, em 31.12.2015 a 54 818 275,82€. O montante médio da carteira em 2015 foi de 28 492 234,05€.



O FCT foi criado com a publicação do respetivo regulamento de gestão, em outubro de 2013, com um montante inicial de subscrições de 114 777,54€. A média mensal de subscrições líquidas de reembolsos durante o ano de 2015 ascendeu a 2 982 350,55€, cifrando-se num total de 35 788 206,61€.

Este valor, adicionado às subscrições líquidas relativas aos anos anteriores, totaliza o valor de 54 492 610,08€ desde a criação do fundo.

**TABELA 04** | SUBSCRIÇÕES LÍQUIDAS DE RESGATES

Data	Entradas - Saídas	Valor Acumulado
2013	470 023,13	470 023,13
2014	18 234 380,34	18 704 403,47
Jan-15	1 997 287,23	20 701 690,70
Fev-15	2 197 788,□3	22 899 479,43
Mar-15	2 343 275,81	25 242 755,24
Abr-15	2 806 327,94	28 049 083,18
Mai-15	3 142 578,43	31 191 661,61
Jun-15	2 999 196,32	34 190 857,93
Jul-15	3 664 103,57	37 854 961,50
Ago-15	2 742 160,96	40 597 122,46
Set-15	3 085 882,85	43 683 005,31
Out-15	3 779 775,61	47 462 780,92
Nov-15	3 489 632,30	50 952 413,22
Dez-15	3 540 196,86	54 492 610,08

A gestão dos ativos permitiu, até 31.12.2015, acrescentar ao valor do FCT, 325 665,74€. Este valor acrescentado corresponde a uma taxa anual nominal média de rentabilidade de 1,19% desde o início.

## Estrutura da Carteira

A carteira do FCT é constituída essencialmente por dívida de países da OCDE, por ações e liquidez.

Face ao fecho do ano anterior, verificou-se uma queda no peso da componente liquidez, passando de 49,51% da carteira para 48,72%. Em sentido contrário a rubrica dívida OCDE (exceto dívida portuguesa) ganhou alguma relevância na carteira, passando dos 47,71% em dezembro 2014, para os atuais 47,89%. O mesmo sucedeu com o peso da classe ações, que passou de 2,78% para 3,39%.

Assim, a exposição por classe de risco, em 31.12.2015, era a seguinte:

**TABELA 05** | ESTRUTURA DA CARTEIRA DO FCT

Ativo	Valor	%
Dívida Pública Portuguesa (DPP)	0,00	0,00%
Dívida Pública OCDE Ex-DPP <sup>a)</sup>	26 253 185,30	47,89%
Ações <sup>a)</sup>	1 859 543,65	3,39%
Liquidez	26 705 546,87	48,72%

a) Inclui valor notional dos futuros e valias potenciais dos forwards

## Cumprimento dos Limites Regulamentares

Os limites regulamentares estão descritos no Regulamento n° 390-B/2013, de 11 de outubro. A seguir demonstra-se e verifica-se que a carteira, com exceção dos limites relativos à Dívida Privada (que inclui depósitos em instituições financeiras) cumpre aqueles limites:

**TABELA 06** | COMPLIANCE (PORT. 390-B/2013)

Descrição	Valor Atual (V.Merc e Juro)	Mínimo	Máximo
Liquidez	48,72%	30%	100%
Dívida Privada	48,72%	0%	20%
Ações	3,39%	0%	15%
Fundos de Investimento Mistos	0,00%	0%	10%
Ativos não denominados em euros	1,87%	0%	10%
Instrumentos representativos de dívida (maturidade > 3 anos)	0,00%	0%	0%

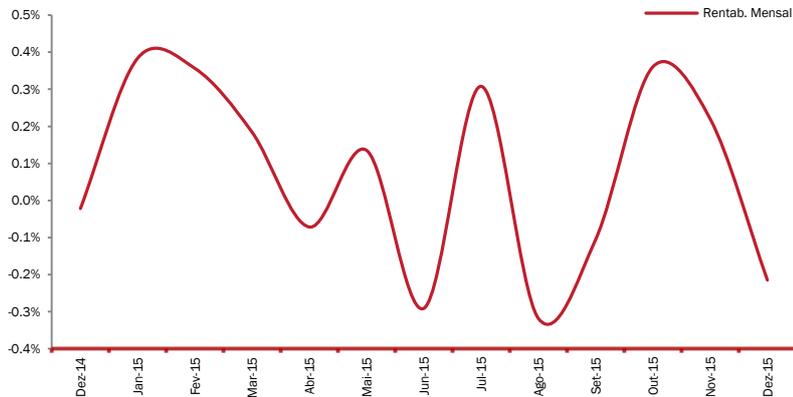
O regulamento de gestão define um mínimo de liquidez de 30%, para atender às necessidades de satisfazer os pedidos de reembolsos, o que implica a existência de depósitos bancários. A classificação de tais depósitos como dívida privada impossibilita o cumprimento do limite de 20%. Não existem, contudo, quaisquer outros tipos de dívida privada.

## Rentabilidade e Risco

Em 2015, o FCT obteve uma rentabilidade de 0,95%, para um nível de risco<sup>3</sup> de 0,63%, com uma elevada variabilidade mensal, como demonstra o gráfico 2.

<sup>3</sup> Medido pelo desvio padrão anualizado da taxa de rentabilidade.

**GRÁFICO 02** | RENTABILIDADE MENSAL

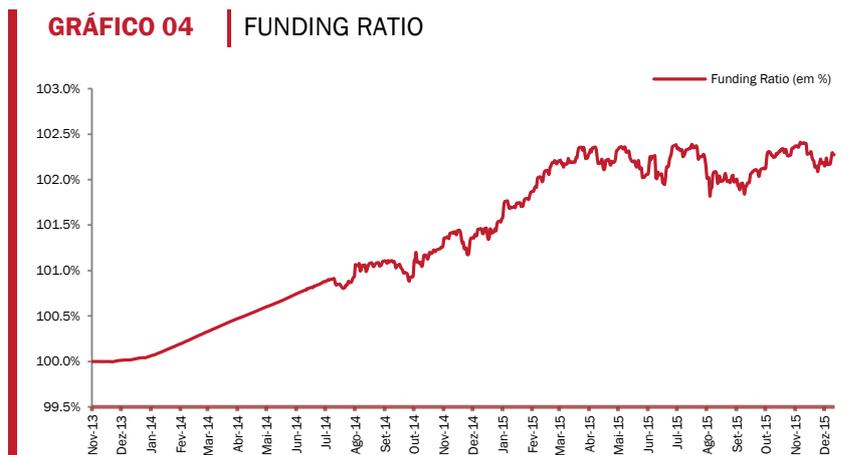


A performance dos investimentos do FCT é medida contra um índice de aferição específico (*benchmark* integrando a taxa EONIA e a dívida alemã entre 1 e 3 anos). Em 2015, o FCT obteve uma rentabilidade adicional em relação aquele índice de 0,85% (85 pontos base), menos 53 pontos base que em 2014 mas, ainda assim, bastante significativa.

Esta situação (de *outperformance*) foi uma constante durante o ano 2015, como demonstra o gráfico 3 que compara as rentabilidades acumuladas do FCT e do *benchmark*.

**GRÁFICO 03** | VALORIZAÇÃO DO FCT VS BENCHMARK



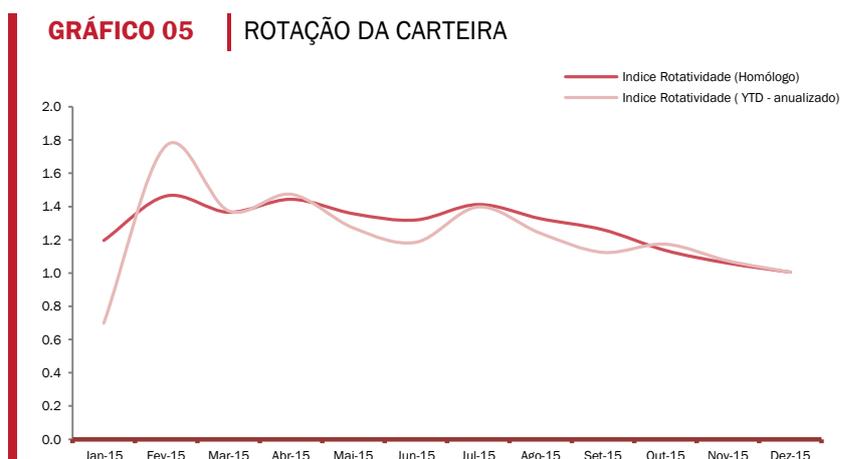


A evolução mais favorável do FCT é uma tendência desde a criação do fundo. O gráfico 4 apresenta a evolução mensal do *funding ratio* (rácio entre índice de performance do fundo e índice referente à carteira de referências) desde novembro de 2013, onde essa tendência é visível.

Em final de 2015 o *funding ratio* era de 102.3%, mais elevado que valor em final 2014 (101.4%), em resultado da melhor performance do FCT versus o índice de referência.

## Rotação da Carteira

O índice de rotação da carteira do FCT em 2015 situou-se nos 1,01. Ou seja, o volume de transações levadas a cabo corresponde a 1,01 vezes o valor médio da carteira gerida ao longo de 2015. Este registo é inferior ao do ano anterior (1,29).



# Fundo de Compensação do Trabalho

## **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ÀS CONTAS**

**FCT** | BALANÇOS ANALÍTICOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

Código	Designação	Ativo				Capital e Passivo			
		2015		2014		Código	Designação	Períodos	
		Bruto	Mv	Mv/P	Líquido			Líquido	2015
21	OBRIGAÇÕES	26 089 248,58	16 145,06	212 766,19	25 892 627,45	61	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	57 610 511,60	19 876 365,05
22	AÇÕES	1 861 086,89	49 256,80	50 800,02	1 859 543,67	62	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	97 648,92	91,95
23	OUTROS TÍTULOS DE CAPITAL					64	RESULTADOS TRANSITADOS		
24	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO					65	RESULTADOS DISTRIBUÍDOS		
25	DIREITOS					66	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	228 016,72	97 556,97
26	OUTROS INSTRUMENTOS DE DÍVIDA						TOTAL DO CAPITAL	57 936 177,24	19 974 013,97
	TOTAL DA CARTEIRA DE TÍTULOS	27 950 335,47	65 401,86	263 566,21	27 752 171,12				
31	OUTROS ATIVOS					48	PROVISÕES ACUMULADAS		
	TOTAL DE OUTROS ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00	481	PROVISÕES PARA ENCARGOS		
411+...+418	TERCEIROS						TERCEIROS		
	Contas de Devedores	3 202 718,92			3 202 718,92	421	RESGATES A PAGAR AOS PARTICIPANTES		
	TOTAL DOS VALORES A RECEBER	3 202 718,92	0,00	0,00	3 202 718,92	422	RENDIMENTOS A PAGAR AOS PARTICIPANTES		
	DISPONIBILIDADES					423	COMISSÕES A PAGAR	327,79	320,96
11	CAIXA					424+...+429	OUTRAS CONTAS DE CREDORES	2 374 312,13	1 150 457,11
12	DEPÓSITOS À ORDEM	4 635 552,74			4 635 552,74	43+12	EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	0,00	
13	DEPÓSITOS A PRAZO E COM PRÉ-AVISO	24 316 000,00			24 316 000,00		TOTAL DOS VALORES A PAGAR	2 374 639,92	1 150 778,07
14	CERTIFICADOS DE DEPÓSITO								
18	OUTROS MEIOS MONETÁRIOS								
	TOTAL DAS DISPONIBILIDADES	28 951 552,74	0,00	0,00	28 951 552,74				
51	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS					55	ACRÉSCIMOS DE CUSTOS		
	ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS	404 327,99			404 327,99	56	RECEITAS COM PROVEITO DIFERIDO		
52	DESPESAS COM CUSTOS DIFERIDO					58	OUTROS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
58	OUTROS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS					59	CONTAS TRANSITÓRIAS PASSIVAS		
59	CONTAS TRANSITÓRIAS ATIVAS	46,39			46,39		TOTAL DE ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS PASSIVOS	0,00	0,00
	TOTAL DE ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS ATIVOS	404 374,38	0,00	0,00	404 374,38				
	TOTAL DO ATIVO	60 508 981,51	65 401,86	263 566,21	60 310 817,16		TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO	60 310 817,16	21 124 792,04
	Número total de unidades de participação em circulação:				53 466 759,42624		Valor unitário da unidade de participação	1,02527	1,01561

*Manuel Zúñiga*

*Paulo*

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

**FCT**

Código	Custos e Perdas		Período		Código	Proveitos e Ganhos		Período	
	Designação	2015	2014	Designação		2015	2014		
	<b>CUSTOS E PERDAS CORRENTES</b>								
711+718 719	JUROS E CUSTOS EQUIPARADOS De Operações Correntes De Operações Extrapatrimoniais				812+813 811+814+817+818 819				
722+723 724+...+728 729	COMISSÕES E TAXAS Da Carteira de Títulos e Outros Ativos Outras, de Operações Correntes De Operações Extrapatrimoniais	3 790,22 3 983,72	866,79 1 569,68		822+...824/5 829				
732+733 731+738 739	PERDAS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS Na Carteira de Títulos e Outros Ativos Outras, de Operações Correntes Em Operações Extrapatrimoniais	293 146,75 9 581,54 4 608,17	30 952,08 925,68 533,47		832+833 831+838 839				
7411+7421 7412+7422 7418+7428 75 751 77	IMPOSTOS Impostos Sobre o Rendimento Impostos Indiretos Outros Impostos PROVISÕES DO EXERCÍCIO Provisões para Encargos OUTROS CUSTOS E PERDAS CORRENTES	1 909,49 3,22	185,24 9,11		851 86				
	TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS CORRENTES (A)	14 864,82 331 287,93	169,57 35 211,62						559 304,65 132 768,59
	<b>CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS</b>								
781 782 783 788	Valores Incobráveis Perdas Excepcionais Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores Outros Custos e Perdas Eventuais				881 882 888				
	TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS (C)	0,00	0,00						0,00
63 66	IMPOSTOS SOBRE OS RENDIMENTOS DO EXERCÍCIO RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (B = A - C) TOTAL	228 016,72 559 304,65	97 556,97 132 768,59		66				559 304,65 132 768,59
(8 x 2/3)/5/(7 x 2/3) 8 x 9 - x 9 B - A	Resultados de Carteira de Títulos e Outros Ativos Resultados das Operações Extrapatrimoniais Resultados Correntes	228 016,72	97 556,97		D-C B + D - A - C + 74 B + D - A - C + 741/1/8+742/1/8				228 016,72 97 556,97

*Manuel R. B. Sampaio*

*Paulo André*

FCT

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Discriminação dos Fluxos	Período			
	2015		2014	
<b>OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO</b>				
RECEBIMENTOS:				
Subscrição de unidades de participação	45 815 804,60	45 815 804,60	20 512 501,69	20 512 501,69
...				
PAGAMENTOS:				
Resgates de unidades de participação	10 027 597,99		2 278 121,35	
Rendimentos pagos aos participantes				2 278 121,35
...		10 027 597,99		
<b>Fluxo das operações sobre as unidades de participação</b>		<b>35 788 206,61</b>		<b>18 234 380,34</b>
<b>OPERAÇÕES CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS</b>				
RECEBIMENTOS:				
Venda de títulos e outros ativos	47 543 862,53			
Reembolso de títulos e outros ativos				
Resgates de unidades de participação noutros OIC				
Rendimento de títulos e outros ativos	35 310,48		6 195,84	
Juros e proventos similares recebidos	224 166,10		25 823,75	
Vendas de títulos e outros ativos com acordo de recompra				
Outros recebimentos relacionados com a carteira		47 803 339,11		32 019,59
PAGAMENTOS:				
Compra de títulos e outros ativos	65 113 272,00		8 370 054,35	
Subscrições de unidades de participação noutros OIC				
Juros e custos similares pagos				
Vendas de títulos com acordo de recompra				
Comissões de bolsa suportadas	2 091,00		528,90	
Comissões de corretagem				
Outras taxas e comissões				
...				
Outros pagamentos relacionados com a carteira		65 115 363,00		8 370 583,25
<b>Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos</b>		<b>-17 312 023,89</b>		<b>-8 338 563,66</b>
<b>OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS</b>				
RECEBIMENTOS:				
Juros e proventos similares recebidos				
Operações cambiais	1 504 217,27		291 543,20	
Operações de taxa de juro				
Operações sobre cotações				
Margem inicial em contratos de futuros e opções				
Comissões em contratos de opções				
Outras comissões				
...				
Outros recebimentos operações prazo e de divisas		1 504 217,27		291 543,20
PAGAMENTOS:				
Juros e proventos similares pagos				
Operações cambiais	1 503 134,46		291 528,11	
Operações de taxa de juro				
Operações sobre cotações				
Margem inicial em contratos de futuros e opções				
Comissões em contratos de opções				
...				
Outros recebimentos operações prazo e de divisas		1 503 134,46		291 528,11
<b>Fluxo das operações a prazo e de divisas</b>		<b>1 082,81</b>		<b>15,09</b>
<b>OPERAÇÕES GESTÃO CORRENTE</b>				
RECEBIMENTOS:				
Cobranças de crédito vencido				
Compras com acordo de revenda				
Juros de depósitos bancários	78 242,24		45 823,16	
Juros de certificados de depósito				
Comissões em operações de empréstimos de títulos				
...				
Outros recebimentos correntes		78 242,24		45 823,16
PAGAMENTOS:				
Comissão de gestão				
Comissão de depósito	2 936,03		307,63	
Comissão de garantia				
Despesas com crédito vencido				
Juros devedores de depósitos bancários				
Compras com acordo de revenda				
Impostos e taxas				
...				
Outros pagamentos correntes	19 829,03	22 765,06	406,43	714,06
<b>Fluxo das operações de gestão corrente</b>		<b>55 477,18</b>		<b>45 109,10</b>
<b>OPERAÇÕES EVENTUAIS</b>				
RECEBIMENTOS:				
Ganhos extraordinários				
Ganhos imputáveis a exercícios anteriores				
Recuperação de incobráveis				
...				
Outros recebimentos de operações eventuais	8 190,15	8 190,15	7 843,00	7 843,00
PAGAMENTOS:				
Perdas extraordinárias				
Perdas imputáveis a exercícios anteriores				
...				
Outros pagamentos de operações eventuais		0,00	8 190,15	8 190,15
<b>Fluxo das operações eventuais</b>		<b>8 190,15</b>		<b>-347,15</b>
Saldo dos fluxos de caixa do período... (A)		18 540 932,86		9 940 593,72
Ajustamentos cambiais		-21,58		24,11
Disponibilidades no início do período... (B)		10 410 641,46		470 023,63
Disponibilidades no fim do período... (C) = (A) + (B)		28 951 552,74		10 410 641,46

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

# Anexo às Demonstrações Financeiras

## Introdução

A lei 70/2013 de 30 de Agosto estabeleceu os regimes jurídicos do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), do Mecanismo Equivalente (ME) e do Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) é um fundo de capitalização individual, financiada pelas entidades empregadoras que visa garantir aos trabalhadores o pagamento até metade do montante da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, calculada nos termos do artigo 366.º do Código do Trabalho.

Não obstante a possibilidade de opção pelo Mecanismo Equivalente em detrimento do FCT, a adesão ao regime é obrigatória e aplica-se a todos os trabalhadores, objeto de contratação a partir de 1 de Outubro de 2013.

Nos termos do DL 210/2015, de 25 de setembro, foram excluídos do âmbito da aplicação da Lei 70/2013 de 30 de agosto, as relações de trabalho emergentes de contratos de trabalho de duração igual ou inferior a 60 dias.

Atendendo a que durante o ano de 2015 não foi criado qualquer Mecanismo Equivalente, todos os contratos de trabalho inseridos pelos empregadores durante o ano ficaram associados ao FCT.

O FCT constitui um património autónomo dotado de personalidade jurídica e não integra o perímetro de consolidação ou o orçamento da Segurança Social.

O FCT está registado no Registo Nacional de Pessoas Colectivas com a natureza jurídica de pessoa coletiva de direito público.

A gestão financeira do fundo, a cargo de uma entidade gestora, o Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social (IGFCSS) e do Conselho de Gestão presidido pelo Presidente do Conselho Diretivo do IGFCSS, rege-se pelas regras previstas no regulamento de gestão e no regulamento interno.

Os registos contabilísticos do FCT são mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, anexo ao Regulamento 6/2013 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

As Demonstrações Financeiras e respetivas notas anexas, têm por referência, as regras previstas no mesmo Regulamento 6/2013 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários para os organismos de investimento coletivo.

## Notas às Contas

### Nota 1 – Capital do FCT

O capital do fundo é constituído por unidades de participação desmaterializadas com um valor inicial de 1€, variações patrimoniais, resultados transitados e resultado líquido do exercício.

O valor de subscrição corresponde ao valor das entregas mensais dos empregadores nos termos da lei, isto é, corresponde a 0,925% da retribuição base e diuturnidades de cada trabalhador abrangido, referente a 12 retribuições anuais.

O valor de resgate das unidades de participação é calculado com referência ao valor do capital do FCT por unidade de participação.

O cálculo do valor da unidade de participação é efetuado, dividindo o valor líquido global do fundo pelo número de unidades de participação em circulação e ocorre às sextas-feiras ou dia útil seguinte.

Durante o exercício de 2015, ocorreram os seguintes movimentos no capital do fundo:

Descrição	No Início (31/12/2014)	Subscrições	Resgates	Distribuição de Resultados	Outros	Resultados do Exercício	No Fim
Capital realizado							
Valor base	18 704 403,47	45 815 804,60	10 027 597,99				54 492 610,08
Diferença p/ Valor Base							
Resultados distribuídos							
Resultados acumulados	91,95				97 556,97		97 648,92
Resultados do período	97 556,97				-97 556,97	228 016,72	228 016,72
SOMA	18 802 052,39	45 815 804,60	10 027 597,99		0,00	228 016,72	54 818 275,72
Nº de unidades participação	18 520 757,40251						53 466 759,42624
Valor unidade participação	1,01561						1,02527
Capital subscrito não realizado							
Valor base	1 171 961,58	1 945 939,94					3 117 901,52
SOMA	1 171 961,58	1 945 939,94	0,00		0,00	0,00	3 117 901,52
<b>Total Capital</b>	<b>19 974 013,97</b>	<b>47 764 744,54</b>	<b>10 027 597,99</b>			<b>228 016,72</b>	<b>57 936 177,24</b>

O quadro abaixo apresenta o valor líquido global do FCT e de cada unidade de participação e ainda o número de unidades de participação em circulação.

ANO	VLGF	Valor da UP	Nº de UP's em Circulação
<b>2015</b>			
Mar	25 544 058,71	1,02509	24 918 629,81020
Jun	34 412 115,00	1,02276	33 646 235,85153
Set	43 846 125,85	1,02154	42 921 315,53512
Dez	54 818 275,82	1,02527	53 466 759,42624
<b>2014</b>			
Mar	2 750 783,94	1,00441	2 738 688,18776
Jun	6 596 179,11	1,009005768	6 537 305,65341
Set	10 398 824,67	1,013120351	10 264 155,34559
Dez	19 974 013,97	1,01561	18 520 757,40251
<b>2013</b>			
Mar			
Jun			
Set			
Dez	624 671,44	1,00036	469 941,43498

## Nota 2 – Transações, Subscrições e Resgates

Durante o ano de 2015 as transações na carteira de ativos do FCT decompõem-se da seguinte forma:

TRANSAÇÕES	Compras (1)		Vendas (2)		Total (1) + (2)	
	Mercado	Fora de mercado	Mercado	Fora de mercado	Mercado	Fora de mercado
Dívida Pública	24,603,943.08		7,453,748.00		32,057,691.08	
Fundos Públicos e Equiparados						
Obrigações Diversas						
Ações	1,733,566.16		373,909.75		2,107,475.91	
Títulos de Participação						
Direitos						
Unidades de Participação						
Outros Ativos						
Contratos de futuros <sup>(a)</sup>						
Contratos de Opções <sup>(b)</sup>						

(a) Pelo preço de referência; (b) Valor dos Prémios

Ao longo do exercício verificaram-se operações de subscrição e resgate no fundo nos valores que constam da tabela abaixo:

Subscrições e Resgates	Valor	Comissões Cobradas
Subscrições	45 815 804,60	0,00
Resgates	10 027 597,99	0,00

O FCT não cobra comissões de subscrição ou resgate

## Nota 3 – Carteira de Títulos e Disponibilidades

A carteira de títulos do FCT a 31.12.2015 era constituída da seguinte forma:

INVENTÁRIO DA CARTEIRA	Preço de Aquisição	Mais Vallias	Menos Vallias	Valor da Carteira	Juros Corridos	SOMA
<b>1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS</b>						
<i>Mercado de Bolsa Nacional</i>						
Títulos dívida Pública				0,00		0,00
Outros Fundos Públicos Equiparados				0,00		0,00
Obrigações diversas				0,00		0,00
Ações				0,00		0,00
Títulos de participação				0,00		0,00
U.P.				0,00		0,00
Direitos				0,00		0,00
<i>Outros Mercados Regulamentados Nacionais</i>						
Títulos dívida Pública				0,00		0,00
Outros Fundos Públicos Equiparados				0,00		0,00
Obrigações diversas				0,00		0,00
Ações				0,00		0,00
Títulos de participação				0,00		0,00
U.P.				0,00		0,00
Direitos				0,00		0,00
<i>Mercado de Bolsa de Estados Membros UE</i>						
Títulos dívida Pública				0,00		0,00
Outros Fundos Públicos Equiparados				0,00		0,00
Obrigações diversas				0,00		0,00
Ações	1,095,498.00	49,256.80	39,597.95	1,105,156.85		1,105,156.85
Títulos de participação				0,00		0,00
U.P.				0,00		0,00
Direitos				0,00		0,00
<i>Outros Mercados Regulamentados Estados UE</i>						
Títulos dívida Pública	26,089,248.58	16,145.06	212,766.19	25,892,627.45	360,557.85	26,253,185.30
Outros Fundos Públicos Equiparados				0,00		0,00
Obrigações diversas				0,00		0,00
Ações				0,00		0,00
Títulos de participação				0,00		0,00
U.P.				0,00		0,00
Direitos				0,00		0,00
<i>Mercado de Bolsa de Estados Não Membros UE</i>						
Títulos dívida Pública				0,00		0,00
Outros Fundos Públicos Equiparados				0,00		0,00
Obrigações diversas				0,00		0,00
Ações	765,588.89		11,202.07	754,386.82		754,386.82
Títulos de participação				0,00		0,00
U.P.				0,00		0,00
Direitos				0,00		0,00
<b>A transportar</b>	<b>27 950 335,47</b>	<b>65 401,86</b>	<b>263 566,21</b>	<b>27 752 171,12</b>	<b>360 557,85</b>	<b>28 112 728,97</b>

INVENTÁRIO DA CARTEIRA	Preço de Aquisição	Mais Vantias	Menos Vantias	Valor da Carteira	Juros Corridos	SOMA
<b>Transporte</b>	<b>27 950 335,47</b>	<b>65 401,86</b>	<b>263 566,21</b>	<b>27 752 171,12</b>	<b>360 557,85</b>	<b>28 112 728,97</b>
<i>Outros Merc. Regulam. Estados não membros</i>						
Títulos dívida Pública				0,00		0,00
Outros Fundos Públicos Equiparados				0,00		0,00
Obrigações diversas				0,00		0,00
Ações				0,00		0,00
Títulos de participação				0,00		0,00
U.P.				0,00		0,00
Direitos				0,00		0,00
<i>Proc. Admissão mercado nacional</i>						
Títulos dívida Pública				0,00		0,00
Outros Fundos Públicos Equiparados				0,00		0,00
Obrigações diversas				0,00		0,00
Ações				0,00		0,00
Títulos de participação				0,00		0,00
U.P.				0,00		0,00
Direitos				0,00		0,00
<i>Proc. Admissão mercado estrangeiro</i>						
Títulos dívida Pública				0,00		0,00
Outros Fundos Públicos Equiparados				0,00		0,00
Obrigações diversas				0,00		0,00
Ações				0,00		0,00
Títulos de participação				0,00		0,00
U.P.				0,00		0,00
Direitos				0,00		0,00
<b>4. OUTROS ATIVOS</b>						
Depósitos à Ordem	4 635 550,21	75,52	26,60	4 635 599,13	216,45	4 635 815,58
Depósitos a Prazo	24 316 000,00			24 316 000,00	43 553,69	24 359 553,69
<b>Total</b>	<b>84 852 221,15</b>	<b>130 897,25</b>	<b>263 592,81</b>	<b>56 703 770,25</b>	<b>404 327,99</b>	<b>57 108 098,24</b>

As disponibilidades do FCT registaram, durante o exercício de 2015, os seguintes movimentos:

INVENTÁRIO DA CARTEIRA	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Caixa				0,00
Depósitos à ordem	3 248 641,46			4 635 552,74
Depósitos a prazo e com pré-aviso	7 162 000,00	39 691 000,00	22 537 000,00	24 316 000,00
Certificados de depósito				0,00
Outras contas de disponibilidades				0,00
<b>TOTAL</b>	<b>10 410 641,46</b>	<b>39 691 000,00</b>	<b>22 537 000,00</b>	<b>28 951 552,74</b>

## Nota 4 – Políticas Contabilísticas

Na preparação das demonstrações financeiras, foram utilizados os seguintes critérios contabilísticos:

### Especialização do exercício

Os ganhos e as perdas do FCT são reconhecidos no momento em que são geradas, independentemente do seu recebimento ou pagamento.

### Carteira de títulos

As compras de títulos são registadas na data da transação ao valor de aquisição e valorizadas ao justo valor.

O critério adotado para o apuramento do custo dos títulos vendidos é o do custo médio.

Para a avaliação dos ativos cotados é utilizado o preço de fecho, ou preço de referência divulgado pela entidade gestora do mercado em que os valores se encontrem admitidos à negociação.

No caso dos instrumentos financeiros admitidos à negociação em mais de uma bolsa de valores ou mercado regulamentado, o valor a considerar deve refletir os preços praticados no mercado principal conforme publicado na agência de informação financeira Bloomberg.

Na avaliação dos ativos expressos em moeda diferente do euro, serão aplicadas taxas de câmbio indicativas fornecidas diariamente pela agência de informação financeira Bloomberg.

Para as transações efetuadas em mercados estrangeiros com horários diferenciados, consideram-se todas as transações concretizadas até ao final do dia a que a avaliação diz respeito.

Tratando-se de ativos representativos da dívida não cotados, admitidos à negociação num mercado regulamentado, podem ainda ser considerados para efeitos de avaliação, caso os preços praticados em mercado não sejam considerados representativos, critérios que tenham por base o valor das ofertas de compra firme, ou na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas pelas entidades especializadas que não se encontrem em domínio ou de grupo com a entidade gestora, nos termos dos artigos nº 20 e nº 21 do Código de Valores Mobiliários. Na impossibilidade de aplicação dos referidos critérios, a entidade gestora recorrerá a modelos de avaliação reconhecidos universalmente nos mercados financeiros, assegurando-se de que os pressupostos utilizados na avaliação têm aderência a valores de mercado.

As mais e menos valias são reconhecidas na demonstração de resultados em 'Ganhos ou Perdas em operações financeiras', por contrapartida das contas 'Mais e Menos valias' do ativo.

O apuramento do juro corrido é feito diariamente e reconhecido na demonstração de resultados na conta 'Juros e proveitos equiparados', por contrapartida de 'Acréscimo de proveitos'.

#### Valorização das unidades de participação

O valor de cada unidade de participação é calculado dividindo o valor global do capital do fundo pelo número de unidades de participação em circulação.

O cálculo do valor das unidades de participação é efetuado todas as sextas feiras ou dia útil seguinte.

#### Comissão de gestão

A comissão de gestão, imputada em base diária na demonstração de resultados em 'Comissões' por contrapartida de contas do balanço representa o pagamento à entidade gestora do FCT, o IGFCCS, pelos serviços de gestão prestados ao fundo.

O valor a pagar será correspondente à proporção do peso do FCT, no total de fundos geridos pela entidade gestora e não pode ultrapassar 25% dos rendimentos do fundo.

Se durante os três primeiros anos de atividade o fundo não libertar os recursos suficientes para cobrir a comissão de gestão, o conselho de gestão pode, findo esse prazo, aprovar o acerto de contas em relação aos custos não cobertos até então.

Em 2015 não foi feito qualquer pagamento por conta desta comissão.

#### Comissão de depósito/custódia

A comissão de depósito representa a remuneração do banco depositário por serviços prestados e é imputada diariamente na demonstração de resultados em 'Comissões' por contrapartida de 'Comissões a pagar'.

#### Impostos

Nos termos do nº1 do artigo 57º da Lei 70/2013 de 30 de Agosto, o FCT é equiparado aos fundos de capitalização administrados por instituições da segurança social, portanto isento de IRC, conforme o disposto na alínea d) do nº 1 do artigo 9º do Código do imposto sobre o rendimento das Pessoas Coletivas.

### Nota 5 – Componentes do Resultado

Em 31 de Dezembro de 2015 era a seguinte a composição dos resultados do FCT, no que respeita aos proveitos:

Natureza	Ganhos de Capital			Ganhos com Carácter de Juro		Rendimento de Títulos	Soma
	Mais Valias Potenciais	Mais Valias Efetivas	Soma	Juros Vencidos	Juros Corridos		
OPERAÇÕES "À VISTA"							
Ações	40 527,18	22 542,59	63 069,77			33 606,71	33 606,71
Obrigações	15 255,90	15 538,30	30 794,20	200 205,53	122 214,08		322 419,61
Títulos de participação			0,00				0,00
Unidades de participação			0,00				0,00
Instr. de dívida de c/ prazo			0,00				0,00
Outros ativos			0,00				0,00
Depósitos	13 446,40		13 446,40	50 357,34	43 770,14		94 127,48
OPERAÇÕES A PRAZO <sup>(1)</sup>							
Cambiais							
Forwards	1 817,06	23,42	1 840,48				0,00
Swaps			0,00				0,00
...							
Taxa de Juro							
FRA			0,00				0,00
Swaps			0,00				0,00
Futuros			0,00				
Opções			0,00				
Cotações							
Futuros			0,00				
Opções			0,00				
...							
OUTRAS OPERAÇÕES							
Oper. de Reporte							0,00
Oper. de Empréstimo			0,00				
...							

(1) Inclui eventuais remunerações de margens

Já na componente de custos, naquela data, a composição dos resultados do FCT era conforme consta da tabela seguinte:

Natureza	Perdas de Capital			Juros e Comissões Suportados		
	Menos Valias Potenciais	Menos Valias Efetivas	Soma	Juros Vencidos e Comissões	Juros corridos	Soma
<b>OPERAÇÕES À VISTA*</b>						
Ações	51 718,32		51 718,32			
Obrigações	204 968,83	36 459,60	241 428,43			
Títulos de participação			0,00			
Unidades de participação			0,00			
Outros ativos			0,00			
Depósitos	9 581,54		9 581,54			
<b>OPERAÇÕES A PRAZO</b>						
Cambiais						
Forwards	4 608,17		4 608,17			0,00
Swaps			0,00			0,00
...						
Taxa de Juro						
FRA			0,00			0,00
Swaps			0,00			0,00
Futuros			0,00			
Opções			0,00			
Cotações						
Futuros			0,00			
Opções			0,00			
...						
<b>COMISSÕES</b>						
De Gestão				95,96		95,96
De Depósito				3 207,26		3 207,26
Da carteira de Títulos				3 790,22		3 790,22
De Oper. Extrapatrimoniais						0,00
Outras comissões				80,50		80,50
<b>OUTRAS OPERAÇÕES</b>						
Oper. de Reporte						0,00
Oper. de Empréstimo			0,00			0,00
...						

## Nota 9 – Impostos e Taxas

Os impostos suportados pelo fundo durante o exercício de 2015 apresentam-se discriminados no quadro que se segue:

Código das Contas	Designação	Impostos 31-12-2015
74122	Imposto de selo	3,22
74212	Imposto sobre dividendos	1 909,49
	<b>TOTAL</b>	<b>1 912,71</b>

A rubrica 'Impostos sobre dividendos' refere-se a imposto retido nos países de origem, suportado nos dividendos recebidos de ações estrangeiras, após aplicação dos acordos de dupla tributação.

## Nota 11 – Exposição ao Risco Cambial

O quadro que se apresenta de seguida evidencia as posições cambiais em aberto nas diversas moedas, à data de 31 de dezembro de 2015:

Moedas	À Vista	A Prazo					Posição Global (1)
		Futuros	Forwards	Swaps	Opções	Total	
GBP	2 369,15						2 369,15
USD	2 198,62						2 198,62
CHF	2 160,57						2 160,57
JPY	451 658,00						451 658,00
Contra valor €	10 682,89						10 682,89

As posições compradas devem evidenciar o sinal (+) e as posições vendidas o sinal (-)  
 (1) É constituída pela soma aritmética das posições cambiais à vista, a prazo e em opções

## Cotações utilizadas na conversão para euros dos ativos expressos em moeda estrangeira

Em 31 de Dezembro de 2015 foram utilizadas as seguintes taxas de câmbio, obtidas no sistema de informação Bloomberg, para conversão dos saldos denominados em moeda estrangeira:

- ✓ GBP = 0,737490
- ✓ USD = 1,086600
- ✓ CHF = 1,086270
- ✓ JPY = 130,61000

## Nota 12 – Exposição ao Risco de Taxa de Juro

Maturidades <sup>(1)</sup>	Montante em Carteira (A)	Extra-Patrimoniais (B)				Saldo <sup>(2)</sup>
		FRA <sup>(3)</sup>	Swaps (IRS) <sup>(3)</sup>	Futuros <sup>(4)</sup>	Opções <sup>(5)</sup>	
de 0 a 1 ano	3 959 872,50					3 959 872,50
de 1 a 3 anos	21 932 754,95					21 932 754,95
de 3 a 5 anos						
de 5 a 7 anos						
mais de 7 anos						

As posições compradas devem evidenciar o sinal (+) e as posições vendidas o sinal (-)

(1) Todos os escalões de prazos devem ser entendidos como o prazo remanescente até ao vencimento. Engloba todos os ativos do património do fundo cujas operações subjacentes terminam com característica um cupão com taxa fixa.

(2) Representa o saldo dos ativos do património do fundo com sensibilidade às flutuações da taxa de juro, isto é, os ativos sem cobertura de risco por operações extrapatrimoniais, bem como a eventual exposição adicional decorrente da utilização de instrumentos derivados com esse propósito

(3) Pelo valor inscrito em contas extrapatrimoniais.

(4) Pelo valor de referência.

(5) Pelo delta da opção.

## Nota 13 – Exposição ao Risco de Cotação

Ações e Valores Similares	Montante	Extra-Patrimoniais		Saldo
		Futuros <sup>(1)</sup>	Opções <sup>(2)</sup>	
Ações	1 859 543,67			1 859 543,67
Warrants				

As posições compradas devem evidenciar o sinal (+) e as posições vendidas o sinal (-)

(1) Pelo preço de referência.

(2) Pelo delta da opção.

## Nota 14 – Perdas Potenciais

	Perda Potencial no Final do Exercício	Perda Potencial no Final do Exercício Anterior
Carteira Sem Derivados	266 268,69	31 877,76
Carteira Com Derivados	266 268,69	31 877,76

## Nota 15 – Custos

O quadro abaixo reflete a estrutura de custos suportados pelo FCT durante o exercício de 2015:

Custos	Valor	% VLG <sup>(1)</sup>
Comissão de Gestão		
Componente Fixa	95,96	0,0003%
Componente Variável		
Comissão de Depósito	3 207,26	0,0113%
Taxa de Supervisão		
Custos de Auditoria	14 760,00	0,0518%
Outros Custos	185,32	0,0007%
<b>TOTAL</b>	<b>18 248,54</b>	
<b>TAXA GLOBAL DE CUSTOS (TGC)</b>		<b>0,0640%</b>

Nos termos do artigo 8º da Portaria 294-A/2013, de 30 de setembro, o pagamento das entregas aos Fundos de Compensação é efetuado na rede multibanco ou por via eletrónica, através de *homebanking* (nº 1), designadamente através da emissão de documento de pagamento que contém a identificação da referência multibanco a utilizar pelos empregadores com vista à liquidação das suas responsabilidades (nº 2).

De acordo com o estabelecido no nº 7 do artigo 11º do regulamento de gestão do FCT (regulamento 390-B/2013, de 14 de outubro), cabe ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS) a coleta das entregas devidas pelos empregadores ao FCT, procedendo todas as quintas-feiras ou dia útil imediatamente anterior à transferência dos montantes cobrados. Idêntica disposição consta do regulamento de gestão do FGCT (regulamento 390-A/2013, de 14 de outubro).

Para este efeito, o IGFSS celebrou os necessários protocolos com entidades bancárias no âmbito dos quais foram negociados os custos associados à emissão e utilização das referências multibanco.

Apesar de o IGFSS ter manifestado a intenção de cobrar aos fundos pelos custos associados à emissão e utilização das referências multibanco, a imputação daqueles custos com base na proporção dos valores cobrados (92,5% para o FCT e 7,5% para o FGCT) foi contestada pelo FCT porquanto o meio de pagamento é partilhado por ambos os fundos, o seu custo é unitário e independente do montante cobrado e, por último, na eventualidade de virem a existir entidades aderentes a mecanismos equivalentes, haverá situações em que uma dada referência multibanco é utilizada para pagamento em exclusivo ao FGCT.

A questão foi analisada, discutida e decidida pelos Conselhos de Gestão do FCT e FGCT, já em 2016, tendo aqueles sido sensíveis aos argumentos apresentados pelo FCT e decidido no sentido de os fundos suportarem aquele custo em partes iguais.

Como esta decisão foi tomada já depois do fecho de contas, e do cálculo do valor da unidade de participação em 31 de dezembro de 2015, este custo, e a responsabilidade correspondente serão evidenciados nas demonstrações financeiras de 2016.

Tendo em conta a dimensão dos custos com as cobranças das entregas ao FCT foi proposta pela entidade gestora uma alteração ao regulamento de gestão do fundo no sentido de passar a constituir receita deste, afeta ao pagamento dos respetivos custos de funcionamento, o

valor das despesas administrativas cobradas aos empregadores por pagamento intempestivo das entregas, proposta que foi aprovada. Nos anos de 2013 a 2015 foi cobrado aos empregadores, a título de despesas administrativas, um montante de 297 mil euros. Caso tais valores tivessem sido considerados receita do fundo e afetos à cobertura dos seus custos de funcionamento, teriam sido suficientes para cobrir cerca de 89% dos custos de cobrança estimados.

### Nota Adicional – Terceiros

No final do exercício de 2015, a conta da classe 4 ‘Terceiros’ apresentava os saldos evidenciados na tabela abaixo.

DÍVIDAS DE TERCEIROS – Curto Prazo			
Contas	Designação	2015	2014
4121	IGFSS valores a receber	53,958.58	162,467.77
4131	Empregador	3 029 251,71	994,031.00
4181	Operações em mercado		
41931	Dividendos	2,053.14	683.69
41932	Imposto a recuperar	696.26	102.04
4199111	Entidade gestora	115,834.90	31,575.27
4199121	FGCT	924.33	909.69
<b>41</b>	<b>Total de Devedores</b>	<b>3,202,718.92</b>	<b>1,189,769.46</b>

O valor inscrito na conta 4131 é líquido de créditos dos empregadores sobre o FCT, originados por alterações aos contratos de trabalho efetuados pelos empregadores com impacto em pagamentos efetuados no passado.

Os créditos dos empregadores sobre o fundo que permaneciam por devolver a 31.12.2015 correspondiam a 445 566,17€ referentes a entregas e 217,37€ relativos a juros.

DÍVIDAS A TERCEIROS – Curto Prazo			
Contas	Designação	2015	2014
423	Comissões a pagar	327,79	320,96
428	Operações de regularização de compra	2 288 270,93	1 132 867,37
42991	Entidade gestora	84 196,20	17 589,74
42992	Auditoria e certificação legal de contas	1 845,00	
<b>42</b>	<b>Total de Credores</b>	<b>2 374 639,92</b>	<b>1 150 778,07</b>

Chama-se a atenção para a não inclusão no quadro acima, pelos motivos indicados na nota 15, do valor a pagar ao IGFSS por conta dos custos relativos ao meio de cobrança utilizado para a recolha das entregas devidas pelos empregadores.